

RESOLUÇÃO Nº 1231, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea “F”, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009,

considerando a documentação contida no PA CFMV nº 3501/2018;

considerando a decisão proferida na LVIII Sessão Ordinária da Segunda Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 19 de setembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-PR que defere o pedido de registro do Título de Especialista em Patologia Veterinária concedido pela Associação Brasileira de Patologia Veterinária - ABPV à médica veterinária Aline de Marco Viott (CRMV-PR Nº 12437).

Parágrafo único. O título de especialista terá a validade de 5 anos, podendo ser revalidado, nos termos do §1º, art. 9º da Resolução CFMV nº 935, de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

Méd.Vet. Francisco Cavalcanti de Almeida
Presidente
CRMV-SP nº 1012

Méd.Vet. Nivaldo da Silva
Secretário-Geral
CRMV-MG nº 0747

Publicada no DOU de 13-11-2018, Seção 1, pág. 122

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 218, terça-feira, 13 de novembro de 2018

DOUGLAS ESTEFANOVICHI-CRECI 62309. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 103- Processo-COFECI nº 787/2017. Reclou: WILMA RAQUEL CIQUEIRA COSTA-CRECI 101016. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 104- Processo-COFECI nº 596/2017. Reclou: WANDERLEY DE VINICIUS THOME. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 105- Processo-COFECI nº 582/2017. Reclou: FLAMARION CRISTIAN DE OLIVEIRA. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 106- Processo-COFECI nº 664/2017. Reclou: MATEUS LUIZ DE MELLO. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 107- Processo-COFECI nº 665/2017. Reclou: FABIANO DE SOUZA FOGACA. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 108- Processo-COFECI nº 667/2017. Reclou: JOÃO CAVALCANTE DE MATEUS JÚNIOR. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 109- Processo-COFECI nº 669/2017. Reclou: ADILMO FERREIRA MARQUES JÚNIOR. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 110- Processo-COFECI nº 675/2017. Reclou: MAGDALLA MARIA DA SILVA ROZAS. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 111- Processo-COFECI nº 727/2017. Reclou: PAULO AUGUSTO ALVES BARRO. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 112- Processo-COFECI nº 783/2017. Reclou: RONDINELI ISMÁS DA SILVA. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 113- Processo-COFECI nº 788/2017. Reclou: RIVANILDO ALVES DA SILVA. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 114- Processo-COFECI nº 798/2017. Reclou: IRALDO ATANÍDES DOS SANTOS. Reclou: CRECI 2º Região/SP. 115- Processo-COFECI nº 803/2017. Reclou: JAMILE ELIAS SAMARA. Reclou: CRECI 2º Região/SP.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2018.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 590, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Approva o Manual de Emissão de Bilhetes de Passagens Aéreas e Terrestres, no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - Cofen, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, art. 8º, inciso IV e VIII, c/c seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, art. 22, incisos X e XXI, e os princípios da Administração Pública, estabelecidos no art. 37, caput, da Constituição Federal, como também os princípios da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão;

CONSIDERANDO que é devida aos Conselheiros, empregados públicos, assessores e aos colaboradores do Conselho Federal de Enfermagem a concessão de passagens para o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas;

CONSIDERANDO que é devida aos mandatários do Conselho Federal possui natureza honorífica, conforme os arts. 9º e 14 da Lei nº 5.905/73;

CONSIDERANDO o Anexo III do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, alterado pelo Decreto nº 6.276, de 25 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aplicação de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Nº 4, de 11 de julho de 2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre o ressarcimento de gastos com bagagens despachadas em viagens a serviço, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

CONSIDERANDO tudo o que consta no Processo Administrativo Cofen nº 512/2017 e a Deliberação na 50ª Reunião Ordinária de Plenário do Cofen, resolve: Art. 1º Aprovar o Manual de Emissão de Bilhetes de Passagens Aéreas e Terrestres, no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem, anexo à presente Resolução.

Parágrafo único. O Manual de Emissão de Bilhetes de Passagens Aéreas e Terrestres de que trata esta Resolução está disponível no site de internet do Cofen (www.portalfcofen.gov.br).

Art. 2º Nas viagens com duração de mais de dois dias ou quando os conselheiros, assessores, empregados, representantes do Conselho Federal de Enfermagem e os colaboradores em seus deslocamentos portarem materiais ou equipamentos necessários para a consecução do trabalho, a passagem será emitida com franquia de bagagem.

Parágrafo único. A passagem somente será emitida com franquia de bagagem mediante solicitação do interessado no sistema de controle de diárias e passagens do Cofen e autorização da Presidência do Cofen.

Art. 3º Fica vedada a emissão de passagens aéreas em classe especial ou executiva em viagens nacionais ou internacionais.

Art. 4º A emissão de bilhete aéreo para voos internacionais deve seguir a mesma sistemática adotada para a emissão de bilhetes para voos nacionais, prevista no manual de que trata esta resolução.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, e em especial o art. 2º da Resolução Cofen nº 471, de 25 de fevereiro de 2015.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do ConselhoLAURO CESAR DE MORAIS
1º Secretário

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.231, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Approva registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "I", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009, considerando o disposto no PA CFMV nº 3501/2018, considerando a decisão proferida na XVIII Sessão Ordinária da Segunda Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 19 de setembro de 2018; resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-RS que deferir o pedido de registro do Título de Especialista em Patologia Veterinária concedido pela Associação Brasileira de Patologia Veterinária - ABPV à médica veterinária Aline de Marco Viotti (CRMV-RS nº 12457).

Parágrafo único. O título de especialista terá a validade de 5 anos, podendo ser revalidado, nos termos do §1º, art. 9º da Resolução CFMV nº 935, de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do ConselhoNIVALDO DA SILVA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.232, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Approva registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "I", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009, considerando a documentação contida no PA CFMV nº 3567/2018, considerando a decisão proferida na XVIII Sessão Ordinária da Segunda Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 19 de setembro de 2018; resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-RS que deferir o pedido de registro do Título de Especialista em Medicina Veterinária intensiva concedido pela Academia Brasileira de Medicina Veterinária Intensiva - BVCCS ao médico veterinário Leandro Fadel (CRMV-RS nº 13.649).

Parágrafo único. O título de especialista terá a validade de 5 anos, podendo ser revalidado, nos termos do §1º, art. 9º da Resolução CFMV nº 935, de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do ConselhoNIVALDO DA SILVA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.233, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Approva registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "I", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009, considerando a documentação contida no PA CFMV nº 3879/2018, considerando a decisão proferida na XVIII Sessão Ordinária da Segunda Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 19 de setembro de 2018; resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-RS que deferir o pedido de registro do Título de Especialista em Medicina Veterinária Homeopática concedido pelo Conselho Médico Veterinário Homeopático Brasileiro - AMVHB à médica veterinária Joaquina Pinto Molina (CRMV-RS nº 4294).

Parágrafo único. O título de especialista terá a validade de 5 anos, podendo ser revalidado, nos termos do §1º, art. 9º da Resolução CFMV nº 935, de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do ConselhoNIVALDO DA SILVA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.237, DE 6 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Colégio Brasileiro de Anestesiologia Veterinária (CBAV) para concessão de título de especialista em Anestesiologia Veterinária.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "I", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, considerando o disposto no §2º, art. 5º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009, considerando o disposto no PA CFMV nº 1699/2018 e a deliberação do Plenário do CFMV na 317ª Sessão Plenária Ordinária; resolve:

Art. 1º Habilitar o Colégio Brasileiro de Anestesiologia Veterinária - CBAV, inscrito no CNPJ sob nº 17.856.524/0001-81, a conceder o título de especialista em Anestesiologia Veterinária.

Parágrafo único. A concessão dos títulos de especialista seguirá o que dispõe a Resolução CFMV nº 935, de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do ConselhoHELIO BLUME
Secretário-Geral

Em Exercício

RESOLUÇÃO Nº 1.238, DE 6 DE OUTUBRO DE 2018

Renova a habilitação da Associação Brasileira de Dermatologia Veterinária (ABDV) para concessão de título de especialista em Dermatologia Veterinária.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "I", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, considerando o disposto no §2º, art. 5º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009, considerando o disposto no PA CFMV nº 4579/2018 e a deliberação do Plenário do CFMV na 317ª Sessão Plenária Ordinária; resolve:

Art. 1º Renovar a habilitação conferida pela Resolução CFMV nº 1036, de 27/9/2013 (DOU de 14/10/2013, S.1, p. 117) a Associação Brasileira de Dermatologia Veterinária (ABDV) para concessão de título de especialista em Dermatologia Veterinária.

Parágrafo único. A concessão dos títulos de especialista seguirá o que dispõe a Resolução CFMV nº 935, de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do ConselhoHELIO BLUME
Secretário-Geral

Em Exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 010120181101022

122

Documento assinado eletronicamente conforme MP nº 2.200-2 de 24/09/2010, pelo ICP-Brasil, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.